



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

ACTA NÚMERO 3/XI/1.ª SL

Aos 25 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na Sala quatro do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da Acta n.º 2;
2. Distribuição de iniciativas legislativas;
3. Aprovação do Regulamento da Comissão;
4. Apreciação do Parecer relativo aos Projectos de Lei n.ºs 7/XI (PCP) - Protege as carreiras contributivas longas garantindo o direito a uma reforma sem penalizações e 11/XI (BE) - Estabelece a pensão de reforma por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização - Deputada autora do parecer: Sónia Fertuzinhos (PS);
5. Apreciação do Parecer relativo aos Projectos de Lei n.ºs 5/XI (PCP) - Reforça a protecção social em situação de desemprego; 12/XI (BE) - Altera as regras da atribuição do subsídio de desemprego, introduzindo uma maior justiça social; 29/XI (CDS-PP) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, Majoração da prestação do subsídio de desemprego e 31/XI (PSD) - Prolongamento excepcional do subsídio de desemprego - Deputado autor do parecer: Miguel Laranjeiro (PS);
6. Apreciação do Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º32/XI (PSD) - Redução extraordinária da Taxa Social Única suportada pelos empregadores - Deputado autor do parecer: Artur Rêgo (CDS-PP);
7. Calendarização das audições obrigatórias da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministro de Estado e das Finanças nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República;



O Senhor Presidente iniciou a reunião, colocando a acta n.º 2 à consideração dos Senhores Deputados. A acta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

- ✓ **PJL 48/XI (CDS-PP)** - Primeira Alteração à Lei 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código Contributivo - Deputada Francisca Almeida (PSD);
- ✓ **PJL 50/XI (CDS-PP)** - Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, obrigação da Administração Pública contactar todos os desempregados que detenham as habilitações literárias requeridas para o concurso - Deputada Mariana Aiveca (BE);
- ✓ **PJL 51/XI (CDS-PP)** - Inclusão nas bases de dados do IIEFP e do MTSS, nos boletins ou publicações temáticas sobre o desemprego, o estado civil do desempregado ou situação equiparada - Deputada Teresa Santos (PSD);
- ✓ **PJL 56/XI (PCP)** - Repõe direitos retirados na aposentação e protege as carreiras contributivas longas, garantindo o direito a uma aposentação sem penalizações aos 40 anos de contribuições - Foi distribuído ao PSD que, oportunamente, indicará o Deputado autor do parecer;
- ✓ **PJL 57/XI (PCP)** - Suspende o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) - Deputada Francisca Almeida (PSD);
- ✓ **PJL 58/XI (PCP)** - Institui uma verdadeira mobilidade entre os serviços da Administração Pública e revoga a mobilidade especial - Foi distribuído ao PSD que, oportunamente, indicará o Deputado autor do parecer;
- ✓ **PJL 59/XI (PCP)** - Garante aos trabalhadores o vínculo público de nomeação e combate a precariedade na Administração Pública - Deputada Margarida Almeida (PSD);



- ✓ **PJL 59/XI (PCP)** - Garante aos trabalhadores o vínculo público de nomeação e combate a precariedade na Administração Pública – Deputada Margarida Almeida (PSD);
- ✓ **PJL 60/XI (PCP)** - Altera o sistema de qualificação e formação contínua dos motoristas, reforçando a protecção dos direitos dos trabalhadores – Deputada Anabela Freitas (PS);
- ✓ **PJL 64/XI (PSD)** - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.- Deputado José Rui Cruz (PS).

Iniciado o ponto três da OT, foi o Regulamento aprovado por unanimidade. De seguida e no âmbito do ponto quatro, foi dada a palavra à Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS), que apresentou sucintamente o seu Parecer referente aos Projectos de Lei nºs 7/XI (PCP) - Protege as carreiras contributivas longas garantindo o direito a uma reforma sem penalizações e 11/XI (BE) - Estabelece a pensão de reforma por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização.

O Parecer (Partes I e III) foi aprovado por unanimidade.

Neste ponto, foi ainda debatida a seguinte questão: os projectos de lei 7/XI e 11/XI seriam discutidos na sessão plenária dessa mesma tarde, em conjunto com o PJL 56/XI (PCP) - Repõe e direitos retirados na aposentação e protege as carreiras contributivas longas, garantindo o direito a uma aposentação sem penalizações aos 40 anos de contribuições. No entanto, a mencionada iniciativa, cujo objecto versa sobre as pensões dos trabalhadores da Administração Pública, necessitaria de ser previamente sujeita a apreciação escrita, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio. O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) referiu que o seu GP não havia solicitado o agendamento conjunto da referida iniciativa e concordou com a necessidade de se garantir o prazo para a participação dos trabalhadores legalmente previsto. O Senhor Presidente, reiterando as opiniões expressas comprometeu-se a, de imediato, dirigir ofício a SEXAPAR, solicitando a referida apreciação e chamando a atenção para a necessidade do prazo da mesma ser incompatível com o agendamento da iniciativa para o Plenário da tarde daquele dia.



A análise dos pareceres constantes do ponto 5 da OT foram adiados, tendo em atenção que se encontrava em curso o período da sua apreciação pública.

O Parecer (Partes I e III) referente ao Projecto de Lei n.º32/XI (PSD) - Redução extraordinária da Taxa Social Única suportada pelos empregadores, da autoria do Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), foi aprovado por unanimidade.

Iniciado o ponto sete da OT, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão a calendarização das audições obrigatórias da Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministro de Estado e das Finanças, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Neste ponto intervieram os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Adão Silva (PSD), Arménio Santos (PSD), Artur Rego (CDS-PP), Mariana Aiveca (BE) e Jorge Machado (PCP).

O principal enfoque do debate centrou-se na data da primeira audição com a Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social. O GP-PS sugeriu o dia 16 ou 17 de Dezembro para realização da audição. No entanto, o GP-PSD alegou que a realização da audição, já na segunda metade de Dezembro, poderia pôr em causa o adiamento da entrada em vigor do Código Contributivo em Janeiro de 2010, perdendo, assim, a sua eficácia. Os restantes GP da oposição secundaram o interesse do PSD em realizar a audição com a brevidade possível, embora não exclusivamente pela questão do Código Contributivo. Colocou-se, no entanto, a questão dos feriados dos dias 1 e 8 de Dezembro, bem como o agendamento da audição com o candidato indigitado a Presidente do Conselho Económico e Social, em conjunto com a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, já agendada para dia 9 de Dezembro, às 15:30h. Por fim e na sequência da intervenção do Vice-presidente Arménio Santos (PSD), foi o Presidente mandato para, em nome da Comissão, encetar as necessárias diligências para que a reunião com a Senhora Ministra pudesse ocorrer com a brevidade possível.

Quanto ao planeamento das audições com os Membros do Governo durante a 1.ª sessão legislativa, foi aprovado o seguinte calendário:

Quanto à Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social

Foi considerada adequada a realização de, pelo menos, quatro audições, propondo-se as seguintes datas:



Em Dezembro de 2009, com a brevidade possível, atenta a programação de trabalhos da Comissão;

No âmbito da discussão da Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2010, Janeiro/Fevereiro de 2010 (de acordo com o calendário a definir em Conferência de Líderes);

Em Abril de 2010 – 13 ou 20 de Abril (terça-feira);

Em Junho de 2010 – 22 ou 29 de Junho de 2010 (terça-feira).

Quanto ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças

Considerou-se a realização de duas audições com este Membro do Governo, sem embargo de poderem ser agendadas ulteriores reuniões que se venham a mostrar necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão. Assim, para além das reuniões previstas no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2010, a Comissão deliberou a realização de uma audição em Maio de 2010 (dias 4 ou 11).

Para além do calendário, foi ainda debatida a necessidade (ou não) de ser fixada uma grelha de tempos para a realização das audições. O Senhor Presidente chamou a atenção para a necessidade de haver bom senso na condução dos trabalhos. Acrescentou que, por vezes, a excessiva rigidez dos tempos não contribuía para a elevação do debate. Concordou, no entanto, com a necessidade de existirem algumas regras de ajustamento de tempos. Sugeriu que a intervenção inicial do Membro do Governo não devesse ultrapassar os 30/40 minutos, seguindo-se uma primeira ronda de 15 minutos por Grupo Parlamentar. Referiu que o tema seria debatido em reunião de coordenadores, apresentando-se, posteriormente, uma proposta à Comissão.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Dezembro de 2009.

O PRESIDENTE

(RAMOS PRETO)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Francisca Almeida
Jorge Machado
Jorge Strecht
José Pereira Marques
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Ramos Preto
Sónia Fertuzinhos
Teresa Santos
Abel Baptista
Carla Barros
João Paulo Pedrosa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria José Nogueira Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Mota Soares